

**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Ato nº 62, de 22 de maio de 2009.

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, no uso de suas atribuições legais, resolve: Determinar a publicação do Relatório de Gestão Fiscal e anexos, conforme a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, referente ao período de maio de 2008 a abril de 2009, para divulgação e conhecimento público.

JOSÉ ANTONIO PARENTE DA SILVA

Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região

**UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2008 A ABRIL/2009**

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (últimos 12 meses)		
	Liquidada	Inscrita em Restos a Pagar não processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	197.485	577	198.062
Pessoal Ativo	145.618	576	146.194
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)			0
Sentenças Judiciais com Precatório (do próprio Órgão e de outros da Administração Direta)	1.997	151	2.148
Demais Despesas com Pessoal Ativo	143.621	425	144.046
Pessoal Inativo e Pensionistas	51.867	1	51.868
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)			0
(-)Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)	59.032	151	59.183
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			0
Decorrentes de Decisão Judicial	1.997	151	2.148
Despesas de Exercícios Anteriores	5.586		5.586
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	51.449		51.449
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	138.453	426	138.879
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			420.877.832
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III/IV) x 100	0,032896%	0,000101%	0,032997%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,076928%			323.773
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,073082			307.584
FONTE: SIAFI e Divisão de Contabilidade/DSOFC/TRT 7ª Região			

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) O item "Sentenças Judiciais com Precatório" é a soma de R\$ 248.308,39 relativo a Sentenças de Pequeno Valor, Ação 0625 e Precatório da Administração Direta, Ação 0005, R\$ 1.899.877,68.

3) Este Relatório não inclui o valor de R\$ 18.039.716,65 (R\$ 11.309.370,41 - inscritos em Restos a Pagar não processados) referente destaque para pagamento de precatórios de Órgãos da Administração Pública Indireta,

conforme art. 29 da Lei 11.768/2008 (LDO/2009).

4) As Despesas de Pessoal e Encargos Sociais deste Regional estão dentro dos limites estabelecidos pela LC nº 101/2000.

Fortaleza, 22 de maio de 2009.

JOSÉ ANTONIO PARENTE DA SILVA
Desembargador Presidente do Tribunal

FRANCISCO JOSE PONTES IBIAPINA
Diretor Geral - Ordenador da Despesa

NEIARA SÃO THIAGO CYSNE FROTA
Diretora da Diretoria do Serviço de Orçamento, Finanças e Contabilidade

ANA PAULA BORGES DE ARAUJO ZAUPA
Assessora de Controle Interno